

INTERPELAÇÃO ORAL

Promoção de cursos de saúde para idosos, em prol tanto da população como do negócio

Relativamente ao “Programa de Participação nos Cuidados de Saúde para o Ano de 2026”, recentemente publicado, o âmbito de aplicação dos vales de saúde passou a estender-se a toda a província de Guangdong, em vez de se limitar a Macau e à Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin. A partir de 1 de Junho de 2026, os residentes de Macau podem utilizar os vales de saúde em clínicas ou serviços de consultas externas aderentes ao Programa, situados na província de Guangdong. Embora esta medida facilite o acesso dos residentes a cuidados de saúde em Guangdong, de entre o sector da saúde houve quem entendesse que tal constitui um impacto directo para as instituições privadas prestadoras de cuidados de saúde de Macau, cuja pressão com a fuga de clientes irá aumentar significativamente.

Mais, no âmbito do “Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo”, lançado há anos, muitos idosos, devido à idade ou ao estado de saúde, entre outros factores restritivos, têm dificuldade em encontrar cursos que lhes sejam adequados, logo, uma parte dos subsídios não foi efectivamente aproveitada. Actualmente, os cursos em que os idosos participam recaem, na sua maioria, sobre actividades culturais, recreativas e desportivas. Se for possível aproveitar bem o subsídio do referido Programa, incentivando as instituições locais de educação contínua a reforçarem a cooperação com o sector da saúde na organização de mais cursos sobre a saúde holística e os autocuidados (por exemplo, gestão da saúde para idosos, medicina tradicional chinesa para a manutenção de saúde, nutrição relativa à alimentação diária, autocuidados dos portadores de doenças crónicas, etc.), tal poderá, por um lado, responder às necessidades reais dos idosos de aprenderem sistematicamente conhecimentos de

saúde, melhorando a sua capacidade de autocuidados e aliviando indirectamente a pressão que recai sobre o sistema de saúde; e, por outro, com a organização destes cursos, ajudar os especialistas locais do sector da saúde com as respectivas qualificações pedagógicas a participarem no “Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo” como formadores, criando-lhes fontes de receitas, o que, de certa forma, consegue compensar a sua pressão de negócio resultante da utilização transfronteiriça dos vales de saúde. Ou seja, tudo isto visa alcançar uma dupla meta que é a de estabilizar o negócio do sector e promover a complementaridade virtuosa entre a indústria de *big health* e a indústria da educação.

Em concreto, sugere-se que as autoridades, no âmbito do “Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo”, reforcem a promoção de cursos sobre a saúde holística e os autocuidados, e que, através de indicadores como o número de inscrições, a taxa de conclusão e o grau de satisfação dos formandos, conheçam a procura real dos idosos por este tipo de cursos. Esta medida não só responde às necessidades reais dos idosos de aprender, de forma sistemática, conhecimentos de saúde, mas também cria novas oportunidades de negócio para o sector da saúde local, contribuindo para a diversidade dos cursos de educação contínua.

O Governo da RAEM tem dado elevada importância à optimização da utilização dos recursos públicos e à melhoria da precisão das políticas. Face ao presente duplo desafio, isto é, o alargamento significativo do âmbito de utilização transfronteiriça dos vales de saúde e o envelhecimento da população, o Governo deve, mais proactivamente, estudar formas de, através da optimização dos cursos de educação contínua, melhorar a capacidade de autogestão da saúde dos residentes e de criar oportunidades de negócio para o sector local, com vista a, sob o pressuposto de um bom aproveitamento do erário público, beneficiar quer a população quer o negócio.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre os seguintes três aspectos:

1. Há que promover a organização de cursos sobre a saúde holística e os autocuidados e conhecer as necessidades de aprendizagem dos idosos. As autoridades devem, no âmbito do “Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo”, incentivar as instituições locais de educação contínua a reforçarem a cooperação com o sector da saúde na organização de mais cursos sobre saúde holística, autocuidados e medicina tradicional chinesa para a manutenção da saúde, ministrados por especialistas com qualificações pedagógicas adequadas, e ainda recolher sistematicamente dados sobre a taxa de inscrição, a taxa de conclusão e o grau de satisfação dos formandos. Vão fazê-lo?

2. Há que estudar mecanismos de coordenação interserviços para otimizar o planeamento dos cursos e a afectação de recursos. As autoridades devem colaborar com os Serviços de Saúde e demais serviços competentes, a fim de, com base nos problemas de saúde mais comuns entre os idosos e nos dados referentes ao acesso aos cuidados de saúde, planear, conjuntamente com as instituições locais de educação contínua, o conteúdo dos cursos sobre a saúde holística, assegurando que os mesmos vão ao encontro das necessidades reais dos idosos, criando-se condições para a expansão do espaço de negócio do sector da saúde local. Vão fazê-lo?

3. Há que clarificar a calendarização para avaliar os efeitos da política. Vão as autoridades fixar uma calendarização para a promoção dos referidos cursos e a recolha de dados, e prometer concluir o respectivo balanço antes do lançamento da próxima edição do “Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo”, a fim de avaliar o efeito global destes cursos na melhoria da capacidade de autogestão da saúde dos idosos e no apoio ao sector da saúde local para aumentar suas fontes de receitas?

17 de Junho de 2026

(TRADUÇÃO)

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Ho Kevin King Lun